

## Desigualdade faz Brasil perder 13 posições no índice de desenvolvimento

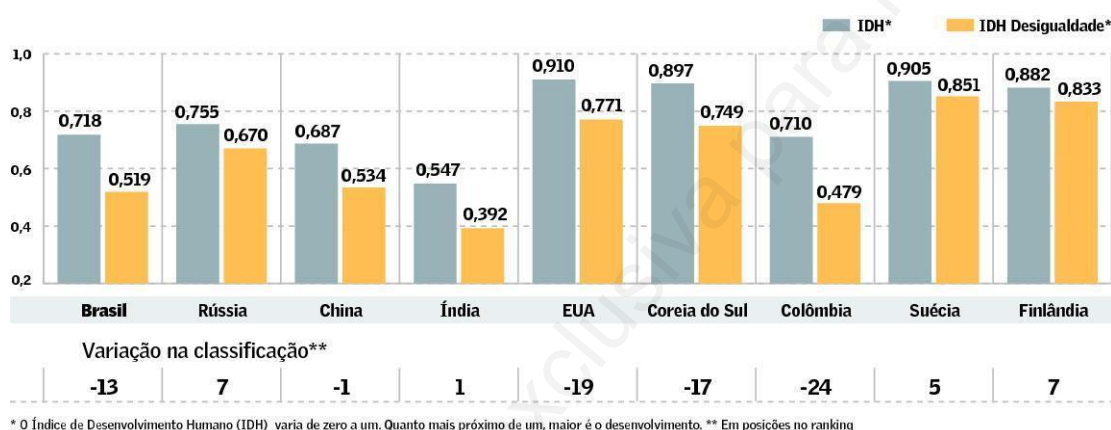
Thiago Resende

A desigualdade de renda e no acesso à saúde e à educação piorou sensivelmente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil (IDH) neste ano. O país despencou 13 posições no ranking do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) entre 2010 e 2011 quando se consideram as diferenças de acesso e distribuição dessas três variáveis - no ranking tradicional do PNUD, o Brasil atingiu, em 2011, IDH de 0,718, índice que cai para 0,519, ao ser ajustado pela desigualdade.

Considerando o IDH "normal", o Brasil ficou com o 60º melhor resultado entre 134 nações selecionadas. Quando a lista é refeita com base no IDHAD (ajustado pela desigualdade), o país cai para a 73ª posição. Os dois índices variam de zero a um, sendo que quanto mais próximo de um, mais desenvolvida é classificada a nação. No ranking tradicional, o Brasil cresceu uma posição e está no 84º lugar.

### Os números do desenvolvimento humano

Mudanças no ranking do IDH ajustado à desigualdade



O IDHAD é uma proposta recente de cálculo e foi criada após diversas críticas de que o IDH geral, medido pela expectativa de vida, anos de escolaridade, expectativa de tempo de estudo e renda nacional bruta per capita, não retratava a realidade, explica o economista do PNUD, Rogério Borges Oliveira. A depreciação entre o índice geral brasileiro e o ajustado é puxada principalmente pela irregular distribuição de renda, de acordo com dados do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2011 divulgado ontem em todo o mundo. O segundo pior resultado é na educação.

Quando o ranking é ajustado à desigualdade, a China supera o Brasil. O mesmo acontece com países como Armênia, Turquia, Tunísia, Sri Lanka, Gabão e Uzbequistão. Na avaliação de especialistas, é evidente que o indicador sobre oferta de condições de infraestrutura e serviços básicos para a população sofreria com o ajuste, pois o Brasil ainda é muito desigual, mas essa lacuna vem diminuindo nos últimos anos. "O aumento sustentável do salário mínimo e as políticas sociais do governo [...] vão se somando, se acumulando e a perspectiva é de um cenário positivo", diz Antônio Jorge Ramalho, professor de relações internacionais da Universidade de Brasília.

O economista do PNUD ressalta que "o indicador de desenvolvimento humano não é o melhor parâmetro para avaliar uma política pública a curto prazo. [...] Espera-se que entre cinco e dez anos tenhamos, sim, um impacto das políticas de transferência de renda no índice".

Entre os Brics, grupo de países emergentes, a Rússia sobe sete posições no ranking com o ajuste; China perde uma; Índia sobe uma; e a África do Sul não foi incluída nesta parte da pesquisa. A desigualdade também provoca um deslize de 19 colocações dos Estados Unidos; de 17 posições da Coreia do Sul e de 24 lugares da Colômbia. Suécia e Finlândia, por exemplo, sobem na lista, pois a desigualdade dessas nações é menor que a registrada em outros países.

No IDH básico, o que não considera variáveis de desigualdade, o indicador brasileiro avançou de 0,715 em 2010 para 0,718 em 2011. Com isso, no ranking global que considera 187 nações, o país subiu da 85ª posição para o 84º lugar. O coeficiente nacional continua inferior à média para países de alto desenvolvimento humano, que é de 0,741. O número também ficou abaixo da média da América Latina e Caribe, que foi de 0,731. O Brasil perde da Venezuela (73º lugar), Costa Rica (69º), Argentina (45º) e Chile (44º), por exemplo, mas ganha da Colômbia (87º), El Salvador (105º), Bolívia (108º), entre outros latino-americanos.

Neste ano, o levantamento teve 18 países a mais que em 2010, e abrangeu quase que 99% da população mundial. Entre todas as nações pesquisadas, 72 apresentaram elevação no ranking de desenvolvimento humano no período. Três países - Malásia, Turquia e Ucrânia - se destacaram por subir três posições. Por outro lado, a Líbia, por exemplo, caiu dez colocações, mas ainda se mantém à frente do Brasil no 64º lugar.

**Fonte: Valor Econômico, São Paulo, 3 nov. 2011, Primeiro Caderno, p. A2.**